

LEI COMPLEMENTAR Nº 1074, DE 05 DE SETEMBRO DE 2016.**DISPÕE SOBRE O DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO PREVISTO NO INCISO XXXIII DO ART. 5º, NO INCISO II DO § 3º DO ART. 37 E NO § 2º DO ART. 216 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

MARCO ANTÔNIO WANROWSKY, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece os procedimentos a serem adotados para garantir o direito fundamental de acesso à informação previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição da República Federativa do Brasil, no âmbito do Município de Blumenau, adotando-se as disposições da Lei Nacional nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, em especial os artigos 3º a 15, 21 a 26, 28 a 34 e 39.

Art. 2º O Poder Executivo do Município de Blumenau, as pessoas que com ele atuem em regime jurídico de parceria voluntária ou de mútua cooperação, envolvendo ou não transferência de recursos financeiros, as pessoas sujeitas à prestação de contas nos termos do art. 170 da Constituição e os prestadores de serviço público de titularidade do Município assegurarão a qualquer interessado o direito fundamental de acesso à informação, que será efetivado mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, observados os princípios da Administração Pública e o previsto nesta Lei Complementar, na Constituição Federal, na Lei Nacional nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e legislação correlata.

§ 1º As entidades privadas ficam subordinadas ao regime desta Lei Complementar relativamente à parcela dos recursos públicos municipais recebidos e a sua destinação, sem prejuízo das prestações de contas a que estejam legalmente obrigadas.

§ 2º O acesso a documento preparatório ou informação nele contida, utilizados como fundamento de tomada de decisão ou de ato administrativo, será assegurado a partir da edição do ato ou decisão.

Art. 3º O acesso à informação disciplinado nesta Lei Complementar não se aplica:

I - às informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

II - às informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

III - às hipóteses de sigilo previstas na legislação, como os sigilos fiscal, bancário, comercial, profissional, industrial e o segredo de justiça;

IV - às informações relativas à atividade empresarial de pessoas naturais ou jurídicas de direito privado, obtidas por outros órgãos ou entidades no exercício de atividade de controle, regulação e supervisão da atividade econômica cuja divulgação possa representar vantagem competitiva a outros agentes econômicos.

Parágrafo único. As informações que puderem colocar em risco a segurança do Prefeito ou Vice-Prefeito, seus cônjuges, companheiros ou filhos, serão classificadas no grau reservado e ficarão sob sigilo enquanto estiverem no exercício do mandato.

Art. 4º Não poderá ser negado acesso às informações necessárias à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais, observado o disposto no art. 3º desta Lei Complementar.

Parágrafo único. As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticadas por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso.

Art. 5º As informações de utilidade pública, os detalhamentos de todas as receitas, despesas, operações de crédito e controles, orçamentos, bem como outras exigidas pela legislação, serão publicadas e atualizadas rotineiramente no Portal da Transparência, no sítio na Internet, da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo.

§ 1º As informações disponíveis em outros sítios na Internet poderão ser disponibilizadas por meio de ferramenta de redirecionamento às mesmas.

§ 2º Os Portais da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo deverão conter relatório mensal dos pedidos de acesso à informação, contendo, no mínimo, informações referentes à quantidade de solicitações, às solicitações respondidas e ao prazo médio de resposta.

Art. 6º O Portal da Transparência da Administração Direta do Poder Executivo de Blumenau deverá conter:

I - os benefícios de natureza tributária em vigor que importem em renúncia de receita (art. 14 da Lei Complementar Nacional nº 101, de 4 de maio de 2000), contendo, no mínimo, a especificação do tipo de benefício, seu termo inicial e final, o nome do beneficiário, eventuais condições de cumprimento para permanência do benefício, seus atos normativos, exposição de motivos e valores estimados anuais de renúncia de receita;

II - as contribuições, auxílios, subvenções sociais e econômicas (art. 12, §§ 2º, 3º e 6º, da Lei Nacional nº 4.320, de 17 de março de 1964) e doações efetuados, com a especificação do tipo de benefício, termo inicial e final, o nome do beneficiário, eventuais condições de cumprimento para permanência do benefício, atos normativos, exposição de motivos, autor da proposta e valores;

III - a atuação das equipes de Estratégia Saúde da Família, sua localização, integrantes, área geográfica de atuação e estatísticas de atendimento;

IV - a identificação dos programas e projetos especiais desenvolvidos pelas secretarias municipais, indicando o objeto, metas, dotações orçamentárias, valor executado, coordenadores, profissionais envolvidos, área geográfica de atuação, população atendida e relatórios de desempenho;

V - relatório mensal dos cardápios e quantitativo da merenda escolar, elaborado por profissional

habilitado.

Parágrafo único. O disposto neste artigo será implementado no prazo de até doze meses, contado da data de publicação desta Lei Complementar.

Art. 7º O Poder Legislativo disciplinará o seu Portal da Transparência em resolução específica.

Art. 8º O Portal da Transparência da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB também deverá conter:

I - o Plano Individual de Trabalho de cada Professor, com a discriminação das atividades de ensino, pesquisa, extensão ou gestão desenvolvidas e seus respectivos horários e locais;

II - a relação dos Projetos de Pesquisa e Extensão desenvolvidos na instituição, com a discriminação do título, resumo, coordenador(es) do projeto e carga horária atribuída.

Art. 9º A Administração Direta e Indireta do Poder Executivo deverá instituir o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), para atendimento presencial e por meios eletrônicos em seus respectivos sítios na Internet, com competência para:

I - atender e orientar o público quanto ao acesso à informação;

II - receber, protocolizar, autuar e processar, para respostas, os pedidos de acesso à informação;

III - orientar o interessado quanto ao seu pedido, o trâmite, o prazo da resposta e sobre as informações disponíveis no Portal da Transparência de Blumenau;

IV - zelar pelo atendimento dos prazos assinalados para apresentação de respostas.

§ 1º Os órgãos e entidades sujeitos a esta Lei Complementar poderão, mediante ato normativo específico, instituir em conjunto o SIC.

§ 2º A Câmara Municipal de Blumenau instituirá e regulamentará, por resolução, a Ouvidoria Geral, órgão encarregado do serviço de informação ao cidadão no âmbito do Poder Legislativo Municipal.

Art. 10 Qualquer interessado, devidamente identificado, poderá ter acesso ou requerer as informações no SIC no endereço físico ou de forma eletrônica em sítio na Internet.

§ 1º O pedido de acesso à informação deverá conter:

I - nome do requerente;

II - número de documento de identificação válido;

III - endereço físico ou eletrônico do requerente, para recebimento de comunicações ou da informação requerida;

IV - especificação, de forma clara e precisa, da informação requerida, sendo vedadas exigências relativas aos motivos do pedido.

§ 2º Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

I - genéricos;

II - desproporcionais ou desarrazoados;

III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados;

IV - que não sejam de competência do requerido, devendo este indicar o local onde se encontram as informações.

Art. 11 A busca e o fornecimento da informação são gratuitos, ressalvada a cobrança do valor referente ao ressarcimento dos custos dos serviços e dos materiais utilizados, tais como reprodução de documentos, mídias digitais e postagens.

§ 1º Fica isento de ressarcir os custos dos serviços e dos materiais utilizados aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1983.

§ 2º Caso seja requerida justificadamente a concessão da cópia de documento, com autenticação, poderá ser designado um servidor para certificar que confere com o original.

Art. 12 A informação solicitada será disponibilizada pelo SIC imediatamente, ou enviada, no prazo de até 20 (vinte) dias, ao endereço físico ou eletrônico do requerente.

§ 1º O prazo referido no caput poderá ser prorrogado por mais 10 (dez) dias, mediante justificativa expressa da autoridade responsável pela prestação da informação, devendo ser dada ciência ao requerente antes do término do prazo inicial de 20 (vinte) dias.

§ 2º Caso a informação solicitada esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em qualquer outro meio de acesso universal, será informado ao requerente o lugar e a forma pela qual se poderá consultar e obter a referida informação, dispensando seu fornecimento direto, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para realizar, por si mesmo, tais procedimentos.

§ 3º Nas hipóteses em que o pedido de acesso demandar manuseio de grande volume de documentos, ou a movimentação do documento puder comprometer sua regular tramitação, será comunicada data, local e modo para realizar consulta à informação, efetuar reprodução ou obter certidão relativa à informação.

§ 4º Quando a manipulação puder prejudicar a integridade da informação ou do documento, o requerido deverá indicar data, local e modo para consulta, ou disponibilizar cópia, com certificação de que confere com o original.

§ 5º Na impossibilidade de obtenção de cópia, o requerente poderá solicitar que, às suas expensas e sob supervisão do requerido, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a integridade do documento original.

§ 6º O prazo referido no caput será suspenso nos casos de férias coletivas de servidores públicos municipais e de calamidade pública decretada. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 1091/2016)

Art. 13 Não sendo possível o fornecimento da informação, o SIC deverá:

I - apresentar ao requerente as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso à informação pretendida;

II - comunicar que não possui a informação, indicando, se for do seu conhecimento, quem a detém, ou cientificar o interessado da remessa de seu pedido de acesso à informação a quem a detém;

III - comunicar, no caso de informação classificada com sigilo reservado, secreto ou ultrassecreto, o seu fundamento legal e código de indexação, bem como a possibilidade de apresentação de um novo pedido de desclassificação da informação, quando for o caso, com indicação da autoridade classificadora que o apreciará;

IV - informar sobre a possibilidade de interposição de reclamação, caso o requerente entenda que haja omissão, contradição ou obscuridade na resposta, ou recurso, no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência e a autoridade para quem deva ser dirigido.

Art. 14 A reclamação ou recurso deverão ser apresentados no SIC, que os encaminhará à autoridade hierarquicamente superior a que exarou a decisão impugnada.

§ 1º Caso a decisão impugnada tenha sido exarada pela autoridade máxima, o recurso será recebido como pedido de reconsideração a ser apreciado pela mesma autoridade.

§ 2º O prazo de decisão do recurso ou reclamação é de 5 (cinco) dias.

§ 3º Mantida novamente a negativa de acesso à informação, é cabível novo recurso, no prazo de 10 (dez) dias, dirigido à Comissão Mista de Reavaliação de Informações do Poder Executivo, que decidirá em até 5 (cinco) dias.

Art. 15 Na aplicação desta Lei Complementar serão observadas as questões sobre divulgação de informações por terceiros que não compõem a Administração Pública, restrições de acesso à informação e responsabilidades previstas na Lei Nacional nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e as disposições do Decreto Federal nº 7.724, de 16 de maio de 2012, e do Decreto Federal nº 7.845, de 14 de novembro de 2012.

Art. 16 No âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo, a classificação de informação é de competência:

I - no grau ultrassecreto:

- a) Prefeito;
- b) Vice-Prefeito;
- c) Secretários Municipais;
- d) Intendentes Distritais;
- e) Procurador Geral do Município;
- f) Diretor de Controle Interno do Município.

II - nos graus secreto e reservado:

- a) autoridades referidas no inciso I;
- b) autoridades máximas das entidades da Administração Pública Indireta.

§ 1º A competência prevista neste artigo poderá ser delegada pela autoridade responsável a agente público, inclusive em missão no exterior, devendo o ato de delegação e sua revogação serem publicados no Diário Oficial, vedada a subdelegação.

§ 2º A decisão de classificação de informação por autoridade máxima de entidade da Administração Pública Indireta deverá ser ratificada pelo Prefeito, no prazo de 30 (trinta) dias, sendo considerada válida nesse período, para todos os efeitos legais.

§ 3º A decisão de classificação da informação como ultrassecreta deverá ser encaminhada à Comissão

Mista de Reavaliação de Informações, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 17 O pedido de desclassificação ou de reavaliação da classificação poderá ser apresentado no SIC independentemente de existir prévio pedido de acesso à informação, sendo endereçado à autoridade classificadora, ainda que sua decisão tenha sido objeto de delegação, a qual proferirá sua decisão no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 1º Negado o pedido de desclassificação ou de reavaliação pela autoridade classificadora, caberá reclamação ou recurso, a ser protocolado no SIC, que os encaminhará à autoridade hierarquicamente superior a que exarou a decisão impugnada.

§ 2º Caso a decisão impugnada tenha sido exarada pela autoridade máxima, o recurso será recebido como pedido de reconsideração a ser apreciado pela mesma autoridade.

§ 3º O prazo de decisão do recurso ou reclamação é de 5 (cinco) dias.

§ 4º Mantida novamente a negativa de acesso à informação, é cabível novo recurso, no prazo de 10 (dez) dias, dirigido à Comissão Mista de Reavaliação de Informações do Poder Executivo, que decidirá em até 5 (cinco) dias.

Art. 18 Fica criada a Comissão Mista de Reavaliação de Informações do Poder Executivo, composta por três membros, que deverão ser agentes públicos ocupantes de cargos de provimento efetivo com idoneidade moral e reputação ilibada.

Parágrafo único. A indicação e nomeação dos membros da Comissão Mista de Reavaliação de Informações e de seu Presidente é da responsabilidade do Prefeito Municipal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

Art. 19 Compete à Comissão Mista de Reavaliação de Informações prevista no art. 18 desta Lei Complementar:

I - manter registro dos titulares de cada órgão e entidade que tenham competência para decidir quanto ao acesso a informações e dados sigilosos;

II - requisitar, da autoridade que classificar informação como sigilosa, esclarecimentos ou acesso ao conteúdo, parcial ou integral da informação;

III - julgar, até a terceira reunião ordinária ao seu protocolo, os recursos ou reclamações, sobrestando-se as demais deliberações da Comissão;

IV - recomendar medidas para aperfeiçoar as normas e procedimentos necessários à implementação desta Lei Complementar;

V - rever, em no máximo quatro anos, a classificação de informações sigilosas, de ofício ou mediante provocação do interessado;

Art. 20 Atendido o quorum de presença com a maioria absoluta de seus membros, as deliberações da Comissão Mista de Reavaliação de Informações serão tomadas:

I - por maioria absoluta, quando envolverem a aprovação e alteração de seu regimento interno e as competências previstas nos incisos V e VI do art. 19 desta Lei Complementar;

II - por maioria simples dos votos, nos demais casos.

Parágrafo único. A não deliberação sobre a revisão pela Comissão Mista de Reavaliação de Informações no prazo previsto no inciso V do art. 19 desta Lei Complementar, implicará a desclassificação automática das informações.

Art. 21 Ao Presidente da Comissão Mista de Reavaliação de Informações cabe:

I - presidir os trabalhos da Comissão;

II - aprovar a pauta das reuniões ordinárias e as ordens do dia das respectivas sessões;

III - dirigir, intermediar as discussões, de forma que todos participem e coordenar os debates, interferindo para esclarecimentos;

IV - designar o membro secretário, para lavratura das atas de reunião;

V - convocar reuniões extraordinárias e as respectivas sessões;

VI - dar ciência ao Prefeito da ata de reunião, com as decisões tomadas pelo colegiado.

Art. 22 O Prefeito Municipal definirá o órgão que será responsável pelas seguintes atribuições:

I - assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos dessa Lei Complementar;

II - recomendar medidas para aperfeiçoar a implementação desta Lei Complementar;

III - orientar as unidades no que se refere ao cumprimento desta Lei Complementar;

IV - promover campanha de abrangência municipal de fomento à cultura da transparência na Administração Pública e conscientização do direito fundamental de acesso à informação;

V - capacitar e orientar agentes públicos e, no que couber, terceiros sujeitos a esta Lei Complementar, no que se refere ao desenvolvimento de práticas relacionadas à transparência ativa e passiva;

VI - avaliar, monitorar e publicar relatórios periódicos, anuais e estatísticos quanto ao cumprimento da presente Lei Complementar;

VII - definir os formulários de requerimento e recursos, que estarão à disposição nos Portais da Transparência e no SIC.

Parágrafo único. As medidas previstas nos incisos II, III, IV e V serão contempladas nos projetos do Programa Municipal de Educação Fiscal.

Art. 23 Os órgãos e entidades sujeitos à aplicação desta Lei Complementar adequarão suas políticas de gestão da informação, promovendo os ajustes necessários aos processos de registro, processamento, trâmite e arquivamento de documentos e informações.

Art. 24 Observado os princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, as condutas descritas no art. 32, caput, da Lei Nacional nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, serão consideradas infrações administrativas, a serem apenadas segundo os critérios estabelecidos na Lei Complementar Municipal nº 660, de 28 de novembro de 2007.

§ 1º A prática das condutas descritas no caput deste artigo por órgãos ou membros do Poder Legislativo sujeita-los às penalidades previstas no Regimento Interno da Câmara Municipal e na Lei Orgânica do

Município de Blumenau, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967.

§ 2º Quando praticadas pelo Prefeito ou Vice-Prefeito, ficam sujeitos às sanções previstas no Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967.

§ 3º As penalidades previstas no caput e §§ deste artigo não excluem a aplicação de outras sanções previstas na legislação, como as previstas na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), e no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

Art. 25 A pessoa natural ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar o disposto nesta Lei Complementar estará sujeita às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais);

III - rescisão do vínculo com o poder público;

IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública por prazo não superior a 2 (dois) anos;

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

§ 1º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, assegurado o direito de defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 2º A reabilitação referida no inciso V será autorizada somente quando o interessado efetivar o ressarcimento ao órgão ou entidade dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso IV.

§ 3º A aplicação da sanção prevista no inciso V é de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão ou entidade pública, facultada a defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.

Art. 26 O acesso a informações públicas será assegurado mediante a realização de audiências ou consultas públicas, incentivo à participação popular ou a outras formas de divulgação.

Art. 27 Fica instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau o Dia Municipal do Direito Fundamental de Acesso à Informação, a ser comemorado anualmente no dia em que esta Lei Complementar entrar em vigor.

Art. 28 As disposições desta Lei Complementar não excluem outras hipóteses de garantia do direito fundamental de acesso à informação previstas na legislação.

Art. 29 O disposto nos arts. 4º, 5º, 15 e 23 desta Lei Complementar aplica-se à Câmara Municipal.

Art. 30 Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 05 de setembro de 2016.

MARCO ANTÔNIO WANROWSKY
Prefeito Municipal em exercício

Esse conteúdo não substitui o publicado no Diário Oficial do Município.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 21/12/2016